

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

Curso: A Agricultura no Contexto da Crise - Perspectivas

TEMA III: A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL  
DE TRABALHADORES COMO SUPERAÇÃO  
DE EXCLUSÃO DO CAMPESINATO



EQUIPE: Eliane Nogueira Choudhury  
João Cecílio F. de Santana  
Odilon Reny R. Ferreira da Silva  
Pedro Carlos Gama da Silva  
Pedro Maya Guimarães  
Severino Gonzaga de Albuquerque

A construção do movimento  
1985 FL - 02300



Petrolina, PE  
outubro, 1985

A História do campesinato tem sido caracterizada pela luta contra as mais diversas formas de exclusão-social, política e cultural-que recai sobre os trabalhadores rurais e que lhes colocam à margem dos direitos, da cidadania e da própria situação de classe.

Os movimentos sociais de banditismo e messianismo que tanto aconteceram no campo, são manifestações de rebeldia dos camponeses na tentativa de superação à subordinação a que estavam submetidos na estrutura de dominação vigente. São demonstrações de insubordinação a uma situação em que a ordem privada dos grandes proprietários subverte a ordem pública.

As formas de organização e luta política dos camponeses surgem, mais nítidamente, a partir dos anos cinquenta. As mobilizações camponesas, através das ligas camponesas e dos sindicatos rurais, retiram os trabalhadores do campo do anonimato político que até então os caracterizavam. Vale ressaltar, que independentemente da natureza que assume esses movimentos, a terra sempre aparece como centro de mediação dos confrontos e conflitos entre o poder dominante vigente e os camponeses.

No processo de organização dos camponeses, a Igreja e os partidos políticos desempenharam um papel importante na formação e organização dos sindicatos e associações de trabalhadores no campo. Aliás, a presença da Igreja e partidos políticos como mediadores e representantes estranhos ao campesinato, são evidências da exclusão deste das relações que se estabelecem na sociedade civil entre representantes e representados. A criação da CONTAG (Confederação dos Trabalhadores Agrícolas) em 1964 dá-se nesse contexto. É o resultado de uma aliança entre partidos políticos, principalmente o PCB, e a Igreja. Surge como uma síntese e a institucionalização dos conflitos existentes entre o homem do campo e o estado.

As mobilizações camponesas tinham entre as suas principais reivindicações, a reforma agrária. Esta contava, na época, com o apoio da classe trabalhadora urbana e parte da burguesia industrial. Este fortalecimento político dos camponeses, foi um

dos pretextos mais utilizados pelos organizadores do golpe militar de 1964. A "agitação camponesa", como preferiram denominar, constituíam-se uma ameaça ao princípio da propriedade e colocavam em risco a hegemonia do poder das classes dominantes, constituídas pela burguesia agrária e industrial.

Após o golpe de 1964 inicia-se um período de repressão sobre as organizações dos trabalhadores urbanos e posteriormente sobre os rurais. Esse período inaugura um processo de desmobilização dos camponeses principalmente devido a repressão que se dá contra os líderes e militantes sindicais e de organização dos trabalhadores.

Apesar da intervenção do aparelho repressor estatal, a Igreja, que apoiou o golpe militar de 64, graças aos acertos firmados com o Estado, conseguiu levar a frente o processo de organização dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Esse apoio da Igreja aos sindicatos é retirado alguns anos após o golpe.

Nesse período de desmobilização, que vai até o final dos anos 70, o movimento sindical viveu momentos difíceis. As tentativas de controle dos sindicatos pelo governo federal, através de serviços assistenciais, levam a CONTAG a assumir uma natureza ambivalente: Órgão de representação dos trabalhadores rurais e também de colaboração com os poderes públicos. Ainda assim, a partir de 1968, com uma mudança da diretoria, a CONTAG passou a empreender um esforço contínuo para expressar e defender os interesses dos trabalhadores rurais, principalmente em termos de defesa individual destes, na justiça. Mantém assim contradições fundamentais com o Estado, mas consegue se manter conservando a unidade do movimento sindical.

A partir de 1979 inaugura-se outra fase de mobilização dos trabalhadores rurais. Esta fase dependeu muito mais da conjuntura política e econômica que o país atravessava com a crise do modelo de modernização conservadora implantada pelos sucessivos governos militares após 64. O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais de 1979 constitui-se no marco da nova estratégia de atuação do Movimento Sindical dos trabalhadores Rurais

(MSTR) que se caracterizou pelo questionamento do modelo político e econômico, pela ênfase dada às lutas coletivas, às alianças com as organizações empenhadas na luta pela redemocratização e na defesa de interesses populares. Vale ressaltar que a partir de 1980 a luta dos trabalhadores rurais ganha um novo apoio da Igreja através do CNBB.

Paradoxalmente, com o surgimento da abertura política em 1982, aumenta a onda de violência e impunidade no campo, ditada pela ordem privada dos grandes proprietários e não raramente através da ação direta do aparelho repressor do Estado. O período de 1982-84 caracteriza-se como a fase de militarização da questão agrária. Dá-se a criação do Ministério de Assuntos Fundiários e a questão agrária passa a ser tratada como assunto de segurança nacional.

Com o advento da "Nova República", a mudança da conjuntura política imprime novo posicionamento da CONTAG que irá refletir-se no seu IV Congresso, onde foram definidos os novos contornos do movimento sindical dos trabalhadores rurais e as formas de encaminhamento da sua reivindicação maior: a reforma agrária.

A CONTAG como órgão máximo do movimento sindical de trabalhadores rurais, desde a sua criação, constituiu-se como instituição contraditória; seja pela natureza ambivalente que teve de assumir de órgão de representação e também de colaboração com os poderes públicos, seja pelas próprias contradições internas. Ao nível interno apresenta-se como uma entidade heterogênea que agrega diferentes categorias de trabalhadores rurais (assalariado, posseiro, pequeno proprietário, etc) e por conseguinte congrega as mais diversas reivindicações (pela terra, salário, cidadania, preço da terra, contra a indústria da seca, etc).

Contudo a CONTAG foi capaz de diluir todas estas contradições, mantendo a unidade de movimento sindical e evitando os conflitos abertos com o Estado, que poderia representar o desmantelamento do movimento, durante o período do regime militar. A

CONTAG foi, sem dúvida, a responsável pela organização sindical nacional. Se por um lado os aspectos contraditórios inerentes a CONTAG negam-se uns aos outros, por outro lado, conferem-na a unidade, e de certa forma conferem uma identidade política ao campesinato.

Apesar das conquistas empreendidas pelo movimento sindical na luta pelo reconhecimento político, pela cidadania plena, por uma identidade de classe, persiste a situação de exclusão dos camponeses da sociedade civil.